

UM DIAGNÓSTICO QUANTO A PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE REMIGIO/PB

ALDENI BARBOSA DA SILVA¹

JANAINA MOREIRA DE BRITO²

ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER³

¹Bolsista PNP/DSER/CCA/UFPB. E-mail: silva.aldeni@ig.com.br; ²Graduada em Ciências Biológicas/CCA/UFPB. E-mail: janainamoreira@ig.com.br; ³Professora Adjunta/DCFS/CCA/UFPB. E-mail: ana.daxenberger@gmail.com (Orientadora)

RESUMO – Objetivou-se com esse trabalho avaliar a percepção dos gestores sobre acessibilidade das escolas estaduais do município de Remigio, estado da Paraíba. O trabalho foi desenvolvido por meio de: observações diretas em duas escolas estaduais existentes no município, tomando por base a Norma N° 9050/2004, da ABNT; aplicação de questionários semi-estruturados aos dois gestores responsáveis pelas escolas, a fim de coletar dados sobre a visão desses profissionais sobre as condições de acesso e do grau de satisfação quanto aos aspectos de acessibilidade das escolas envolvidas. Observou-se, uma falta de conhecimento das devidas normas sobre acessibilidade, tanto da parte das pessoas que elaboraram tais projetos, quanto das que executaram e inclusive das próprias gestões responsáveis pelas duas escolas. Ambas as escolas em questão não se apresentam dentro dos padrões arquitetônicos para acessibilidade de P.C.R. Faz-se necessário uma maior atenção quanto à formação profissional dos gestores escolares quanto ao real significado de educação inclusiva, além do mais, dever-se-iam projetar espaços já acessíveis a todos os seus usuários sejam com dificuldades de mobilidades ou não, evitando-se desperdícios de recursos públicos com adaptações posteriores.

Palavras-chave: Pessoas em cadeira de rodas, deficiência, ambiente acessível.

A DIAGNOSIS FOR MANAGERS ON THE PERCEPTION OF ACCESSIBILITY FOR PEOPLE IN WHEELCHAIR IN STATE SCHOOLS IN THE CITY OF REMIGIO / PB

ABSTRACT – The objective of this study was to evaluate the perception of managers on the accessibility of public schools of the Remigio city, Paraíba state. The work was developed through: direct observations on two existing state schools in the city, based on Rule N°. 9050/2004, ABNT; application of semi-structured questionnaires to two managers in charge of schools in order to gather data about the vision of these professionals on the conditions of access and the degree of satisfaction with the accessibility aspects of the schools involved. We observed a lack of knowledge of appropriate standards for accessibility, both by the people who produced such projects as those that performed and even the very managements responsible for two schools. Both schools are not presented within the architectural standards for accessibility for handicaps. It is necessary as greater attention to the training of school managers about the real meaning of inclusive education, moreover, it should have went to design spaces accessible to all its users are difficulties with mobility or not, avoiding waste of public resources with subsequent adaptations.

Keywords: People in wheelchairs, disabilities, accessible environment.

1 Introdução

A educação inclusiva vem sendo incessantemente discutida, tanto por educadores e órgãos que tratam da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, quanto pela sociedade em geral. A educação da pessoa com deficiência se insere numa nova perspectiva, voltada para o efetivo respeito à igualdade dos direitos e à valorização da diversidade humana (MELO & MARTINS, 2007).

A oportunidade que o ser humano tem de crescer leva a sua valorização numa sociedade, onde ele pode se manifestar, expandir e desenvolver suas atividades, mas esta busca se torna limitada pelos obstáculos arquitetônicos junto às instituições públicas de ensino, onde o deficiente, muitas vezes, não tem condições de acesso e/ou permanência na mesma devido as barreiras arquitetônicas ou pedagógicas (COSTA, 2004).

Uma grande parcela da população brasileira ainda não tem acesso à educação, particularmente, as pessoas com necessidades especiais. Essa situação se deve tanto a uma inadequada configuração dos espaços físicos como, principalmente, à falta de conscientização de profissionais, de planejadores e gestores sobre as reais necessidades e peculiaridades de acesso de muitas pessoas com dificuldades físicas, motoras e /ou sensoriais (DUARTE & COHEN, 2006).

Para que a escola proporcione o acesso à socialização, elas devem fornecer as condições mínimas de acessibilidade. Segundo a legislação educacional vigente, toda criança deve ter garantia do acesso, permanência e sucesso na escola (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Mas, na prática, isso não acontece, pois a mencionada “inclusão” da pessoa com necessidade é estigmatizada por não haver condições para o seu acesso e permanência nas escolas, sendo responsável pelo grande índice de evasão escolar e/ou reprovação (COSTA et al., 2005).

Na medida em que a orientação para práticas de inclusão escolar cresce, implica consequentemente em um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, por isto, os educadores e gestores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino (SANT’ANA, 2005).

Considerando estas ideias, o presente trabalho objetivou avaliar a percepção dos gestores sobre acessibilidade das escolas estaduais do município de Remígio, no estado da Paraíba.

2 Metodologia

O trabalho foi desenvolvido por meio de observações diretas em duas escolas estaduais existentes no município de Remígio, estado da Paraíba; constituindo-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo.

Iniciou-se a pesquisa de campo com a aplicação de questionários semi-estruturados aos dois gestores responsáveis pelas escolas em observação, a fim de coletar dados sobre a visão desses profissionais sobre as condições de acesso dos dois estabelecimentos de ensino e de compreender o grau de satisfação quanto aos aspectos de acessibilidade das escolas envolvidas. Além disto, utilizou-se a observação direta das edificações por meio de captura de fotos e medição dos espaços físicos das escolas. Durante este período foi realizado o registro fotográfico com a utilização de um equipamento de alta resolução e a medição de todos os pontos presentes no roteiro já estruturado pelo pesquisador, tomando por base os conceitos adotados para acessibilidade pela Norma N° 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Foram delimitados os seguintes pontos para observação: entradas principais; estacionamentos com reserva de vagas; sinalização informativa; existência de rampas e seus dados de medição (largura e inclinação); existência de corrimões; largura dos corredores e tipo de piso das rotas acessíveis; largura das portas e tipo de maçaneta; altura das janelas; rebaixamento das calçadas; banheiros acessíveis; tipos de carteiras escolares; localização da lousa; acesso ao auditório e ao laboratório de informática; biblioteca e quadra de esportes.

Os nomes das escolas e dos participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo por questões éticas, sendo que, as escolas foram identificadas por E1 e E2, e seus respectivos gestores como G1 e G2. O critério de escolha destas escolas se deu por estas apresentarem o maior número de estudantes matriculados do município, entre os quais,

foram observados alguns com algum tipo de deficiência física ou dificuldade de locomoção utilizando-se de cadeira de rodas.

Os dados foram organizados em temáticas a partir do questionário e do roteiro utilizados como instrumentos de pesquisa. Aqui eles estão organizados em: Espaço Físico que avalia a edificação externa e interna; projetos para reformas e grau de satisfação.

3 Análise do resultados

Traçou-se uma visão geral das condições das edificações existentes nas referidas escolas, tomando como referência a NORMA ABNT NBR 9050/2004, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

As escolas analisadas possuem em seus espaços físicos diversos tipos de barreiras arquitetônicas que fazem com que o acesso a P.C.R. (Pessoas em Cadeira de Rodas) seja bastante restrito ou até inexistente. Essa falta de acesso vai de encontro com os direitos que são reservados as pessoas com deficiência de igualdade e autonomia.

Em síntese, como mostra o esquema baixo (figura 1), dos 38 itens analisados, conforme as normas ABNT 9050/2004, e descritos na metodologia, a escola E1 atendeu a apenas 9 e na escola E2 esse número caiu para apenas 8 itens dentro das Normas Técnicas. Para compor a representação sobre acessibilidade das escolas utilizadas, utilizou-se das observações de espaço conforme descrito na metodologia.

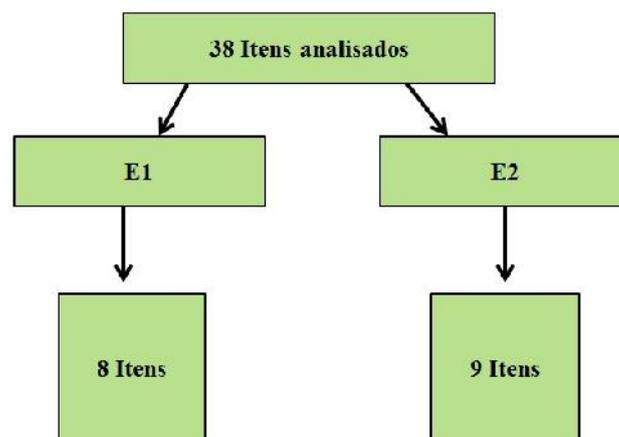


Figura 1. Acessibilidade das escolas pesquisa quanto às Normas ABNT 9050/2004.

3.1 Projetos para reformas

A escola E1, no ano de 2013, passou por uma reforma para regularização da acessibilidade para um melhor atendimento de P.C.R. Embora, na opinião expressa por G1 no questionário respondido ao pesquisador, o projeto foi desempenhado com total sucesso. Todavia, existem muitos pontos os quais não atendem a norma ABNT 9050/2004 o que conseqüentemente não podemos afirmar que a escola atende todos os aspectos de acessibilidade.

Em E2, segundo G2, *“Já foi elaborado um projeto voltado para a questão da acessibilidade, porém, o mesmo foi mal elaborado e sua execução não foi de boa qualidade o que deixou muito a desejar.”* Os únicos pontos envolvidos neste projeto foram a rampas de acesso para as salas de aula e o banheiro adaptado para P.C.R.

Observou-se, portanto, uma falta de conhecimento das devidas normas sobre acessibilidade, tanto da parte das pessoas que elaboraram tais projetos, quanto das que executaram e inclusive das próprias gestões responsáveis pelas duas escolas, tendo em vista que, G1 não aponta erros em relação ao acesso de P.C.R. em E1, e, G2 expressa a falta de qualidade do projeto, mas, nada fez para tentar reverter a situação na época da reforma.

3.2 Grau de satisfação sobre os aspectos físicos segundo os gestores

No questionário entregue aos gestores, foram abordados os seguintes pontos quanto ao grau de satisfação sobre: sinalização vertical para P.C.R., estacionamentos com reservas de vagas, entradas acessíveis, rampas de acesso com corrimões, bebedouros acessíveis e banheiros adaptados para P.C.R. Foram dadas as seguintes opções para resposta de múltipla escolha: atende; atende em partes; não atende; e não existe.

Em suas respostas, G1 se mostra muito satisfeito com as condições do estabelecimento de ensino sob sua responsabilidade, marcando apenas o item da sinalização como não condizente (não atende) com as normas específicas para tal. Os estacionamentos com reservas de vagas, entradas acessíveis, bebedouros e banheiros na

opinião de G1, atendem em partes as necessidades de P.C.R. As rampas de acesso e o rebaixamentos de calçadas, para G1, atendem completamente as necessidades de P.C.R.

As respostas expressadas por G1 estão em total desacordo com os resultados obtidos com este trabalho, com base nos dados observados, pois nenhum dos pontos que para G1 atendem, total ou em partes, as condições ideais para receber P.C.R. estão em concordância com a NBR – 9050/2004, o que nos permite reafirmar que G1 desconhece total ou parcial as normas da ABNT no tocante acessibilidade.

Nas respostas de G2, os dados demonstram mais a realidade presenciada na escola. G1 não marcou nenhum dos itens como atendendo totalmente as condições de acessibilidade para P.C.R. A sinalização vertical, os estacionamentos com reserva de vagas, as rampas com corrimões dos dois lados, bebedouros acessíveis e rebaixamento de calçadas foram pontos que na opinião de G2 não existem em E2. As entradas acessíveis e os banheiros adaptados foram colocados como pontos que atendem em partes as condições ideais. As respostas expressas por G1 estão quase, em sua totalidade, em concordância com as normas da ABNT; constata-se que, exceto, as entradas, não atendem as normas específicas para acessibilidade.

Foi perguntado, ainda, se o fato de ambas as escolas analisadas possuírem edificações muito antigas trazia uma maior dificuldade de acessibilidade em suas dependências. G1 respondeu que não e que E1 tem total condição de receber alunos que fazem uso de cadeira de rodas. G2 respondeu que sim e que E2 não tinha condições de receber P.C.R. em suas edificações.

A falta de acessibilidade nas escolas analisadas é um fato preocupante, tendo em vista que, em E1, já existem dois alunos quem fazem uso de cadeira de rodas, cursando o 3º e o 2º anos do ensino médio, respectivamente. Ao tomar conhecimento das condições de alguns dos fatores relevantes para que a acessibilidade aconteça, pôde-se perceber que há muitos problemas para eliminar as barreiras que permitem a autonomia de P.C.R., como por exemplo: as rampas não possuem a inclinação correta dificultando uma pessoa que faz uso cadeira de rodas se locomover sozinha, pois precisa do auxílio de outras pessoas para que o acesso seja realizado, isso faz com que automaticamente lhe seja negado o direito que é por lei garantido, de realizar suas atividades com independência.

A escola E2, não possui nenhum aluno que faça uso de cadeira de rodas. De acordo com G2, a escola não está apta a receber e dar o auxílio necessário aos mesmos. Fato que nos leva a entender que, mesmo que em algumas respostas do questionário, G2 tenha se mostrado incoerente com as normas da ABNT, o mesmo apresenta uma opinião mais realista sobre a questão das condições das edificações escolares quanto ao acesso de P.C.R.

Ambas as escolas em questão não se apresentam dentro dos padrões arquitetônicos para acessibilidade de P.C.R., embora, para G1, segundo suas respostas ao questionário do pesquisador, a E1 atenda totalmente as necessidades dos mesmos. Percebe-se que, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas quanto ao assunto abordado, e uma delas seria a percepção das pessoas a respeito desta questão. Faz-se necessário uma maior atenção quanto à formação profissional dos professores e gestores escolares quanto ao real significado de educação inclusiva, além do mais, dever-se-iam projetar espaços já acessíveis a todos os seus usuários sejam com dificuldades de mobilidades ou não, evitando-se desperdícios de recursos públicos com adaptações posteriores.

4 Considerações finais

Constatou-se que ambas as escolas têm a necessidade de melhorias em suas edificações quanto à acessibilidade de P.C.R., dentre vários fatores que contribuem para tal situação estão: a idade das edificações, uma vez que foram construídas em uma época em que não havia a mínima preocupação quanto à inclusão de pessoas com deficiência; a falta de conhecimento e preparo dos profissionais envolvidos no contexto escolar a respeito da ABNT – NBR 9050/2004; a percepção abstrata dos gestores no que se trata de acesso de P.C.R.; e a falta de projetos que sejam de fato executados corretamente dentro dos padrões arquitetônicos exigidos pelas normas técnicas.

As escolas E1 e E2 não oferecem as devidas condições de acesso e permanência, no tocante à acessibilidade para alunos que utilizam cadeiras de rodas; o que se caracteriza como um desrespeito, pois, a escola é o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento, e aos diferentes segmentos sociais, para se garantir o efetivo exercício da cidadania.

Os gestores destas escolas não estão preparados para buscar a resolução desta problemática para que as referidas escolas, que estão sob suas responsabilidades, possam passar a atender literalmente a todas as pessoas, com ou sem algum tipo de deficiência. O que nos permite afirmar a necessidade de formação técnica específica para acompanhamento de obras em escolas públicas como gestores.

Seria fundamental a elaboração de projetos que fossem de fato realizados com seriedade e precisão, com o acompanhamento de pessoas capacitadas para tal, e que, acontecessem cursos de formação para os professores e gestores escolares, para que os mesmos tenham acesso aos documentos tão importantes, como a NBR-9050/2004. Portanto, se faz necessário a realização de procedimentos de adaptações que possam receber e dar condições de permanência às pessoas com necessidades especiais, não como favor, mas como uma materialização do direito constitucional, se prevê à cidadão brasileiro (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

5 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** (NBR 9050:2004, válida a partir de 30/06/04). Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL, **Constituição Federal, Brasília**: Senado Brasileiro, 1988.

COSTA, J. **Principais obstáculos para integração dos Portadores de Necessidades nas escolas da rede pública estadual de Passo Fundo**. Monografia, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2004, 54p.

COSTA, J. C. et al. Os principais obstáculos para integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas de Rede Pública Estadual da cidade de Passo Fundo. **Rev. Cad. Educ. Esp.** v. 27, p. 93-100, 2005.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: **Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade**. São Paulo, USP: 2006.

MELO, F. R. L. V; MARTINS, L. A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2007.



SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores

Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

